

Eternamente Clube dos Democráticos

Eternally Clube dos Democráticos

**STEPHANIE REGINA OLIVEIRA
DA SILVA**

Geógrafa, mestranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora de Geografia da rede privada de ensino do Rio de Janeiro
stephanieser@hotmail.com

RESUMO: O artigo decodifica a centralidade do Clube dos Democráticos, uma das instituições mais antigas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse bojo, o Clube transluz a possibilidade de, a partir de sua temporalidade geográfica, explorar as geografias pretéritas e hodiernas da urbe carioca, a partir de 1867, ano de sua fundação.

PALAVRAS-CHAVE: Clube dos Democráticos; Centralidade; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The article decodes the centrality of Clube dos Democráticos, one of the oldest institutions in the Rio de Janeiro City. In this sense, Clube dos Democráticos translates the possibility, as from geographic temporality, to prospect the past and the present geographies of this city, since 1867, the year of its establishment.

KEYWORDS: Clube dos Democráticos; Centrality; Rio de Janeiro.

Introdução

O “rufar” dos tambores anuncia a eternidade de uma das mais antigas instituições da cidade do Rio de Janeiro, o Clube dos Democráticos. Fincada, atualmente, na Rua do Riachuelo 91/93, junto às malandragens da Lapa, a entidade despontou no âmagô da festa carnavalesca nos idos de 1867 com status de Grande Sociedade, um tipo de manifestação da folia momesca oitocentista. Nessas circunstâncias e a partir de uma aposta lotérica bem-sucedida no dia de Nossa Senhora da Glória, quinze de agosto, um grupo de comerciantes e boêmios liderados pelo português José Alves da Silva se organizava às terças-feiras no reinado do Momo para proclamar, em batuques e requebros femininos em cima de elegantes carros alegóricos, críticas sociais dirigidas à Coroa Imperial e às tiranias da escravidão (SOIHET, 1998).

O Clube dos Democráticos, portanto, no que tange à cultura, se constitui como sendo um testemunho imponente das metamorfoses sofridas pela ex capital da Colônia, do Reino, do Império e da República. Nessas virtudes, esse presente trabalho almeja decodificar a centralidade exercida pelo Democráticos ao longo de sua trajetória, bem como transluzir sua condição de fonte de memória das mudanças sofridas pela urbe carioca. Neste cenário, a agremiação, imersa nas imposições e metamorfoses do poder público, apresentou ora notório prestígio social, ora uma desvalorização perante à uma expressiva parcela do Rio. Nesse sentido, o projeto se enveredou em demonstrar o apogeu e a derrocada do clube. Com vistas à edificação do presente objetivo, o artigo é periodizado em três momentos cruciais no entendimento dessa inconstância relatada, a saber: 1) 1867-1930, temporada da explosão de sua centralidade; 2) 1930-1979, tempo de obscuridade do Clube; 3) 1979-2016, etapa da retomada dos Democráticos.

A Democrática Explosão de Centralidade

Nesta seara, a Águia Altaneira, símbolo da agremiação, logo em seus primeiros anos, exibia imponência em seus bailes internos e em seus préstitos na Rua do Ouvidor, grande Meca do carnaval da pré-abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), surgindo uma expressiva centralidade na urbe carioca. Então, o que seria centralidade? Como observa Mello (1995), é a medida de importância do lugar enquanto lugar central, expressada pela

magnitude dos bens e serviços oferecidos e pela sua área de influência. No caso dos Democráticos pode ser, igualmente, o seu alcance espacial, ou seja, como frequentadores e consumidores de lazer e manifestações buscam o Clube em suas diversas manifestações. Nestes aspectos, o lugar central é visto, por diversos geógrafos, como sendo um lócus, por excelência, de confluência e irradiação de fluxos materiais — tais como o administrativo, o comercial e o de pessoas — e imateriais — de entretenimento e de ideologias. Seguindo os preceitos humanísticos em geografia, almejando entender a alma dos lugares (TUAN, 1983), tais pontos centrais são como um nó de bem querência também por conta da questão afetiva. Nestas circunstâncias, o Clube dos Democráticos surge como um lugar central para pessoas que direta ou indiretamente estão e/ou estiveram atreladas a esta agremiação.

Essa explosão de centralidade era sentida por muitos e proclamada por diversas vias, principalmente no apogeu do Clube. Os seguidores e admiradores da Águia Altaneira (emblema da associação) eram tantos, que nas noites de terça-feira do Tríduo Momesco, milhares de pessoas, vindas de várias localidades da cidade, apertavam-se na estreita, mas glamourosa, Rua do Ouvidor (MORAES, 1958). Esse grupo de pessoas era bastante heterogêneo: abrangia tanto as camadas menos favorecidas quanto àquelas mais abastadas.

No entanto, a centralidade de outrora dos Democráticos não se expressava apenas em decorrência das atribuições carnavalescas. Os Carapicus, apelido dado aos seus associados, não foram pura e simplesmente carnavalescos. Sempre tiveram, em passados anos, atitudes políticas e públicas. Colocaram-se em defesa das liberdades democráticas, com ideais abolicionistas e republicanos, bem como eram a favor, antes mesmo da derrocada da monarquia, do voto feminino (MORAES, 1958). Tal ideologia foi disseminada nos préstitos, onde os puffs (versos entoados nos desfiles e/ou publicados em jornais) proclamavam dizeres condizentes com os pensamentos dos sócios.

A abolição da escravatura transpareceu como uma das mais eloquentes reivindicações de seus primeiros anos de vida. A instituição, assim como suas coirmãs Tenentes do Diabo e Fenianos, compravam alguns escravos para, em seguida, alforriá-los. Ademais, a junta confeccionou *puff*, em 1888, ano da assinatura da Lei Áurea, defendendo os negros e os verdadeiros abolicionistas dos “puxa-saco” (CUNHA, 2001), sem esquecer de elucidar o protagonismo dos afrodescendentes na sua própria história:

Metei a viola no saco
É dos negros a vitória

É deles a imensa glória
 Metei a viola no saco
 Igualáveis ao macaco
 Os pobres pretos, coitados
 Dando lhes pau nos costados
 Metei a viola no saco.

A proclamação da república no Brasil foi também um dos destaques no que se refere às ações político-sociais do objeto em tela. Apesar do enorme apreço do último imperador do país, D. Pedro II, com o Clube dos Democráticos, a associação defendia que os moldes aristocráticos do poder brasileiro até 1889 constituíam em um entrave, assim como a escravidão, à inserção do país nas novas dinâmicas econômicas globais. Nesse sentido, o *puff* a seguir retrata a absoluta rejeição dessa parte da sociedade ao Império, citando até mesmo a burguesa Revolução Francesa, inimiga e grande responsável pelo declínio da aristocracia ao redor da Europa e, *a posteriori*, no mundo. Esses dizeres estão expressos em (*apud* MORAES, 1958):

Espírito ofusque a verdade de Voltaire à qual não pode resistir os tartu-
 fos da humanidade
 Esses cancros roedores do suor do povo
 Da sua liberdade e da sua soberania incontestável
 Porque o povo é rei
 Washington, Bolívar, Juarez
 Que hastearam no vasto continente americano a sagrada bandeira de
 Egalité, Fraternité, Liberté.

A composição do arcabouço eleitoral foi, igualmente, alvo dos Carapicus por décadas. Eles defendiam a inclusão das mulheres nas dinâmicas republicanas a partir do voto. No desfile de 1891, um carro alegórico exibia uma propaganda desse teor:

Que o voto, se lhe permite
 Mas (exceção esquisita de quem tal reforma quer) que não seja
 recrutada
 Nem para o júri sorteada
 A mulher

Essas filosofias estão muito atreladas ao pensamento Positivista e Modernizador existente na passagem do século XIX para o XX (e também no decorrer deste). Os associados defendiam, muitos deles integrantes dos sucessivos governos da ex capital da República, a civilização e o progresso, lemas da *Belle Époque* (SOIHET, 1998). Tendo como modelo a França, e mais precisamente Paris, buscava-se expurgar da cidade os costumes grosseiros e vulgares associados às heranças negra, portuguesa e indígena. A festa carnavalesca certamente se incluía neste contexto e precisava, também, sofisticar-se através da eliminação do velho Entrudo e da importação de novas formas de se brincar o Carnaval (FERREIRA, 2000). O Clube dos Democráticos, juntamente com os Tenentes do Diabo e Fenianos, insurgia como sendo o pilar das transformações do carnaval condizentes com essa ideologia hegemônica. Se, por um lado, as manifestações do tríduo momesco conferiam um aspecto dito civilizatório, a cidade vai, igualmente, se impregnar de tal faceta no âmbito da ordem e do progresso republicanos assumidos com a Proclamação de 1889.

A primeira década do século XX representou, para o Distrito Federal, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital (ABREU, 2011). O rápido aquecimento econômico do país, impulsionado pelo aumento significativo das exportações de matéria-prima, transparecia as intrínsecas dissonâncias com a morfologia urbana apresentada por sua capital. A elite cafeeira, representada pela administração federal de Rodrigues Alves (1902-1906), esforçou-se em equalizar as contradições que a cidade apresentava. Nesse sentido, o então presidente empossou Francisco Pereira Passos (1902-1906), um dos responsáveis pelo antigo plano da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro (1875), para a fisionomia do espaço urbano carioca.

“Nessa transformação concebida pelos mais abastados, era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto” (ABREU, 2011, p. 60). Nestas circunstâncias, o Estado debruçou-se em preparar a urbe carioca com vistas à atribuição de credenciais para uma maior inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. O Poder Público, portanto, almejava criar uma nova cidade sobre os escombros da antiga, que simbolizasse, além de sua condição de liderança mundial cafeeira, os valores e os modos de vida modernos e cosmopolitas da elite desta Terra de Santa Cruz. Tratava-se, portanto, do repúdio às formas espaciais pretéritas

(LESSA, 2000). As cirurgias urbanas foram realizadas com o ideal de aniquilar as características coloniais cristalizadas na cidade, como logradouros estreitos e sombrios, onde as sedes dos poderes econômicos e políticos coexistiam com carroças, animais e habitações coletivas. Esse cenário foi descrito nas palavras do jornalista Noronha Santos (*apud* ABREU, 2011, p.63) com a seguinte formulação:

o aspecto pictoresco e inconfundível de grande Villa portuguesa (ia a urbe carioca perdendo pouco a pouco). Neste contexto, modificara a feia e pesada edificação colonial e banira *archaicas* usanças *commerciaes*. Abandonara para sempre a indumentária desataviada, como que num gesto de repulsa de senhora de alta *distincção*. Queria ser a nova e bonita, com automóveis a aguçarem-lhe a ânsia de vida farta e confortável.

O arcabouço ideológico que norteou os trabalhos dos técnicos se espelhava nas concepções da “*Belle Époque*” francesa, iniciada no último quartel do século dezenove estendendo-se até a eclosão dos horrores da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e, no Brasil, de 1889 até 1930 com o fim da República Velha (NEEDELL, 1993). Essa expressão consistia na estratégia da França Republicana em transluzir bases de uma nação orgulhosa de sua história, plena de valores universalistas de civilização e de progresso para a humanidade, tornando esses dizeres os grandes lemas dessa corrente (RENAN, 1984 e MÉRIAN, 2012). Mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais foram ensejadas por essa doutrina. Nenhuma, no entanto, expressou uma transformação tão sensível aos cidadãos europeus quanto àquela ocorrida no ambiente urbano. Tais mudanças se iniciaram na Paris do século XIX, com o então prefeito Barão de Haussmann (1853-1870) e pressupunham a adoção de práticas que tornassem a cidade mais bela e imponente. O Barão, também conhecido como “Artista Demolidor”, reformulou a morfologia da província, ao promover o alargamento e o embelezamento de logradouros (RENAN, 1984 e MÉRIAN, 2012). Para tal, milhares de pessoas, integrantes da classe trabalhadora, foram desterritorializadas e reterritorializadas (HAESBART, 1999) em locais cuja dinamicidade do capital imobiliário é menor. Neste contexto — ao longo de um processo — forma, função e conteúdo social foram absolutamente metamorfoseados (SANTOS, 1988, 1987; CORRÊA, 2003 e ABREU, 2011) surgindo grandes artefatos e artérias, como a avenida Rio Branco, símbolo maior de uma cidade capital da República que vestia a ordem e o progresso em sua feição urbana.

A impetuosidade do modelo urbano de Haussman, aplaudida pelas elites europeias, portanto, aportou no Rio de Janeiro do início do século passado. A “haussmannização” dos lugares e espaços cariocas foi entoada e incentivada pelos poderosos da época, que elaboraram estratégias para ajustar o modo de vida do carioca, em geral, a esse novo ideal. Diante de tal quadro, Pereira (1994, p.86) afirma que, “com a finalidade de reconstruir uma sociedade desta natureza, não é suficiente o golpeamento fulminante da pena, (...), o desprezo aniquilador do sarcasmo; é necessário além de tudo — o carnaval”. O carnaval, nesse sentido, é a única manifestação artística que tem conseguido este imenso triunfo: fazer-se compreendido por todos, desde aqueles que possuem trânsito mais veloz, no âmbito da sociedade até aqueles ditos como os mais rústicos, os ignorantes e os analfabetos. Nesse embalo, o Clube dos Democráticos transpareceu como sendo um importante alicerce com vistas ao alcance das grandes metamorfoses em pauta.

A relação entre a República Velha e os Democráticos, nesse sentido, gozou de sintonia na maior parte deste período histórico do país. As três Grandes Sociedades (Tenentes do Diabo, Fenianos, além dos Carapicus, apelido dos Democráticos) se constituíam em um grupo formado pelas camadas sociais mais intelectualizadas, que proclamaram em prosas e versos dizeres favoráveis às Reformas Urbanas, com vistas à modernização e ao embelezamento da Sebastianópolis. Ademais, essas instituições, em meio às delícias de seus famosos préstitos na terça-feira gorda, procuraram consolidar e aumentar as suas centralidades na folia momesca, almejando atrair cada vez mais fluxos (i)ateriais para si. Paralelamente, o extermínio do Entrudo, seu principal rival na época, era perseguido constantemente. Tal manifestação cultural, que era considerada popular e caótica, foi significada como sendo a síntese do ideal colonial e monárquico e escolhida para ser combatida e eliminada pelas elites modernizadoras (MORAES, 1958). Os Democráticos, nessas circunstâncias, corriqueiramente anunciava que o seu carnaval era de “espírito fino” e muito distinto “desse espírito grosseiro e canalha que inebria as crioulas baianas e as pretas minas”, clara menção ao conteúdo social entrudista (PEREIRA, 2008). Esse pensamento marcava as ações deliberadas da burguesia no sentido de criar uma festa carnavalesca livre do passado colonial e mais integrada aos seus anseios internacionalistas (FERREIRA, 2000).

A notoriedade pela qual o Clube dos Democráticos denegria o Entrudo em diversos veículos era admirável. Ela pode ser observar no trecho a seguir (*apud* MORAES, 1958, p. 54),

Arredai, histriões do carnaval! Abri alas, produtos amesquinados de gestações difíceis! Curvai-vos, maninelos, que durante anos vivestes fazendo guerra ao verdadeiro carnaval, alimentando as grosserias do Entrudo, do qual sois ainda hoje legítimos representantes! Rojai por terra vossas frentes, porque aqueles que não se associarem a vós, para a morte do carnaval, vão passar! Arredai, truões, porque o século XX vos repele e a Média Idade vos reclama!

Os Democráticos subjugam, nesses dizeres, os “histriões do carnaval”, os “produtos amesquinados de gestações difíceis”, que, ao alimentarem “as grosserias do Entrudo”, viveram durante anos “fazendo guerra ao verdadeiro carnaval”. Se essas pessoas não se entregassem aos moldes europeus de brincar o período momesco, certamente o moderno século XX os repeliria, enquanto que a “Média Idade”, considerada a era das trevas e da ignorância dos homens, os acolheria.

No âmbito da Sebastianópolis, como se sabe, a Rua do Ouvidor exercia papel central no período carnavalesco, se constituindo no ponto focal de seus desfiles e brincadeiras. Todavia, após as intervenções urbanísticas, se intensificou o processo de segregação socioespacial (LESSA, 2000; CORRÊA, 2003; CARLOS, 2007 e ABREU, 2011), uma vez que o Estado se preocupou em dotar de maior infraestrutura localidades burguesas, em detrimento daquelas do proletariado, acelerando o processo de estratificação espacial (ABREU, 2011). A consolidação do modelo núcleo/periferia (CORRÊA, 2010), em desdobramento, também foi sentida na Festa Momesca. A colossal Avenida Central (batizada de Rio Branco, em 1912), símbolo da reformulação urbana, simultaneamente com a Rua do Ouvidor, foi o lócus acolhedor do Clube dos Democráticos e das outras formas de brincar o carnaval assemelhadas àquelas observadas em Paris e em Veneza. Nesse sentido, esses lugares encontravam-se em uma posição hierarquicamente privilegiada. Em contrapartida, o centro do carnaval das camadas de renda mais baixas se transferiu para a Praça Onze e Cidade Nova, ambas porções periféricas da Área Central (CORRÊA, 2003). O Entrudo, em seu estágio terminal, assim como os Cordões, os Ranchos e, posteriormente, as Escolas de Samba, se aglomeravam nessas localidades, sob vigilância policial (MORAES, 1958).

O Clube dos Democráticos, ao insultar mais uma vez a prática entrudista, incorpora essa hierarquia entre os lugares, quando diz “sempre quero ver se (...) o Entrudo reles e maltrapilho se atreve a sair... da Cidade Nova” (*apud* MORAES, 1958, p. 56). Nessa perspectiva, a instituição, cética em rela-

ção à capacidade do “reles e maltrapilho” Entrudo de sair da Cidade Nova, o difama, uma vez que, ao aproximar tais predicados da manifestação com essa localidade, acaba por colocar esse bairro em um nível menos aclamado. Ademais, o clube deixa claro que essa porção de terra em nada lhe é familiarizado, sendo, nessas linhas, sutilmente rejeitado por justamente se constituir no lugar do repugnado Entrudo Isto aponta para o posicionamento etnocêntrico do Clube dos Democráticos com respeito ao Entrudo e seu lugar neste momento, a Cidade Nova. Trata-se de uma espécie de etnocentrismo achincalhando a cultura alheia e o lugar tidos como distantes, “reles e maltrapilhos”.

Nesses termos, essa periferia surge como um espaço para a agremiação, no interior da urbe carioca, se quisermos reaproveitar a noção conceitual de Tuan (1983) entendendo espaços e lugares como os primeiros distantes, feios, sujos, a serem capturados e os lugares como de nosso dia-a-dia da berlinda intrínseca das relações como estas do carnaval carioca de postura segregacionista.

O Entrudo, paulatinamente, vinha definhando, ao final do século XIX e início do XX. As imposições do Estado, a panfletagem negativa da mídia e o ímpeto do Clube dos Democráticos (e outras Grandes Sociedades) em fazer se desenvolver o processo de ostracismo da expressão entrudista conduziram à morte essa herança portuguesa em 1904, muito embora tenha dado seus últimos suspiros agonizantes no ano subsequente (CUNHA, 2001). Concomitantemente, o Clube dos Democráticos, de visual Parisiense e Veneziano, chegou ao auge de sua explosão de centralidade, atraindo todas as classes sociais para o vislumbre de seus carros alegóricos. No bojo dessas circunstâncias, como afirma FERNANDES (2001, p. 17), “o carnaval carioca moderno nasce a partir da luta contra o Entrudo”.

Os áureos momentos da folia protagonizados pelo Clube dos Democráticos foram entoados por seus integrantes e reportados por expressiva parcela da imprensa da época. No contexto de um Rio absorto em imposições do Estado, transformações urbanísticas e elitização dos costumes de se brincar o carnaval, os Democráticos irradiaram sua condição de nó de bem querência (TUAN, 2012 e MELLO, 1991), bem como referência geográfica na capital da República. A força de sua centralidade foi sentida em diversas localidades do Centro do Rio de Janeiro, sendo seguida pelas camadas mais populares e proclamada pela classe média, pela mídia representante da alta-sociedade e, obviamente, pelos seus próprios componentes.

A imprensa, que havia exercido papel de protagonista no épico embate entre o novo e o velho carnavais, exibiu a função de vicejar odes e loas à

Águia Altaneira. Na edição do notório *Correio da Manhã* do dia 26 de fevereiro de 1903 (p. 3), a apresentação é aclamada inebriantemente:

Mais uma vez os invencíveis foliões do Castello foram à praça pública colher os louros merecidos pelos seus ingentos esforços para divertir o público desta capital. O seu bello prestito, composto de lindos carros allegoricos, sobresaíndo entre elles o carro da estrella e o veneziano faziam o extraordinário successo. Durante a passeata foi distribuído o n. 10001 do jornal O Phantasma, órgão official do club, que vinha cheio da velha e inexgotavel verve democrática. Só com o raiar do sol indiscreto e inoportuno, foi que os gloriosos foliões se dispersaram, satisfeitos por terem, mais uma vez, affirmado perante a população carioca o seu espírito e pujança.

Sob as bênçãos da Língua Portuguesa arcaica, um dos jornais mais importantes da época relata a glória “dos invencíveis foliões do Castello”, ao receberem do “público desta capital” “os louros merecidos” na “praça pública”. O entretenimento que o “club” disseminou durante esse período pelas ruas da cidade, cristalizou-se na atração de pessoas no decorrer das horas nas quais “o seu bello prestito, composto de lindos carros allegoricos” singrou nos logradouros. Nesse sentido, os Democráticos dardejaram, sob à luz do momismo, sua centralidade, que, como sublinha Pacheco (2012, p. 226) “é uma condição do fenômeno urbano que exige encontro, a reunião simultânea do que há de diverso na forma urbana (pessoas, (...), coisas e signos)”. A união anual dos farristas com a então balzaquiana instituição emergiu como uma manifestação cultural de imponência na urbe carioca, que “só com o raiar do sol indiscreto e inoportuno, foi que os gloriosos foliões se dispersaram, satisfeitos por terem, mais uma vez, affirmado perante a população carioca o seu espírito e pujança”. Nesses momentos, as localidades perpassadas por esse grupo emergem como lugares, acolhedores, berços de alegria, morada, palco de bem-estar e de confraternizações (TUAN, 1983, 2012, 2013 e MELLO 1991; 2000).

Como se sabe, o lugar não se constitui somente como uma pausa, mas também como movimento (TUAN, 2011). Assim sendo, a circulação realizada pelo Clube dos Democráticos nas terças-feiras gordas de carnaval consistia em mais um elemento genuinamente geográfico que transbordou da exuberância de seus préstitos. O deslocamento dos populares durante as horas de alegria, risos e brincadeiras lideradas pelos Carapicus expressou

uma coreografia única ensejada de ritmos, apelos, protestos, preconceitos, amores e diversão. Nestas condições, formando uma coreografia espontânea e característica de cada lugar, integrando e conectando os indivíduos, podemos recorrer ao geógrafo David Seamon (1980) por ter forjado o conceito de “Balé do Lugar”, remetendo ao ir e vir de pessoas e veículos no cotidiano da cidade. O balé democrático tinha itinerário bem definido, segundo a tiragem do Correio da Manhã do dia 14/02/1904 (p. 2):

Os queridos do público percorreram as seguintes ruas: Rua do Theatro, Largo de S. Francisco, Ruas dos Andradas, Alfândega, Primeiro de Março, Rua do Ouvidor, Largo de S. Francisco, Travessa, Largo e Rua do Rosario, Rua Gonçalves Dias, Largo da Carioca, Ruas Treze de Maio, Senador Dantas e Passeio, Largo da Lapa, Ruas Visconde de Maranguape, Arcos, Lavradio e Visconde do Rio Branco, Largo do Rocio, Ruas Sete de Setembro, Primeiro de Março e Ouvidor, Largo de S. Francisco, Rua do Theatro e Castello.

Envolto em uma ciranda de movimentos e pausas (MELLO, 2005), tal acontecimento momesco ocorria apenas anualmente, mas imprimia aos lugares perpassados uma significação especial, diferenciada, que criou vínculos e laços afetivos entre os atores sociais e o lugar (CARVALHO, 2006). Nessas circunstâncias, a coreografia democrática se sobrepôs àquela do Rio cotidiano, modelando geograficamente a cidade com uma nova dança, que impregnou os lugares de signos e emoções, contaminando a maneira de se estar no mundo, de vivenciar a cidade (SEAMON, 1980).

O movimento intrínseco ao clube se delineou como uma maneira de se autolegitimar como sendo o principal estilo carnavalesco da capital da República, uma vez que o caminhar, como lembra Tuan (2012), está enraizado na civilização Ocidental, remontando aos tempos da supremacia romana. Em outras palavras, e na mesma linha, o balé do lugar, expressado por Seamon (1980) enaltece esta supremacia que pode ser notada nos passos, compassos e direções dos Democráticos. Assim sendo, como exalta Pereira (1994), o Clube trazia em sua própria expressão — na forma de passeatas e, na posterioridade, de préstitos — a ideia de movimento, tão cara à sociedade burguesa da segunda metade do século XIX, proporcionando uma marcação clara de sua diferença em relação ao carnaval entrudista. Imersos nos preconceitos impressionistas da Europa do Século XIX, que previam a capturação da velocidade proveniente dos avanços tecnológicos das Revoluções Industriais

(PEREIRA, 2008), o movimento, a evolução e a velocidade do bailar da manifestação momesca em tela contrapor-se-ia ao caos, à desorganização e à confusão que a elite significou às aparições do Entrudo.

A dinâmica dos percursos carnavalescos da instituição, muito embora tenha promovido, nos idos dos séculos passado e retrasado, a dança de pessoas de toda sorte nas ruas da Sebastianópolis durante seus desfiles, também suscitou o embalo de mudanças de localidades de sua sede. Fundada na Rua dos Andradas, a agremiação possuiu inúmeros endereços, a saber: Rua da Direita (atual Primeiro de Março), Rua da Alfandega, Rua do Teatro, Largo do Machado, Largo da Sé (atual Largo de São Francisco), Rua do Passeio e, a partir de 1931, Rua do Riachuelo (CUNHA, 1987). O Castelo, reunindo a sede e o foro do Clube (parte administrativa), assim carinhosamente apelidado, esteve, portanto, em diversos logradouros do Rio, e assistiu ou mesmo se constituiu em um expressivo testemunho no que se refere às sucessivas modificações de toponímias (TUAN, 2012 e MELLO, 1991, 2007) como visto acima, a exemplo do Largo da Sé e da Rua da Direita.

No vale do Rio de mistérios, encantos, tempos, ambivalências, obras, desesperanças e amores desmedidos (MELLO, 2007), o Castelo, por intersubjetividade coletiva, foi elencado e aclamado como sendo um nó irradiador de entretenimento e lazer, notadamente nos períodos carnavalescos. O carnaval, nessas linhas, era claramente subdividido entre aquele dos espaços públicos e a manifestação realizada sob formas de bailes em locais fechados (SOIHET, 1998), se afirmando como uma estratégia de auto segregação das classes mais abastadas nesses tempos. A elite, que se deliciava com os ritmos inebriantes das marchinhas e do maxixe, proclamava os impetuosos encontros nos domínios da (anti)democrática fortificação. Na página 2 do exemplar do dia 16/02/1904 do Correio da Manhã a situação é pomposamente entoada:

Alerta camaradas! A seus postos foliões invencíveis do Castello. Este é o brado que ressoa nas altas regiões em que fulgurante se espairose a majestosa Águia que, em seu Castello, oferece hoje um supimperrimo baile à fantasia. Promove a magnífica e pyramidal soirée o grupo dos Camaradas (...). O Castello, transformado em paraíso, estará brilhantemente iluminado; os arrojados carnavalescos da casa lá estarão a braços com a folia, desdenhando a tristeza, que ali não penetrará, e que quando muito, poderá cavar um cartão de sereno.

Os “Camaradas”, “foliões invencíveis”, gozaram de um “supimpério baile à fantasia” no “Castello transformado em paraíso” e que esteve “brilantemente iluminado”. A sede da instituição, neste trecho, é lócus de alegria, desregramento, de orgia, plena de experiências vívidas, bem como pausa de estabilidade e bem-estar, além de ser campo de movimento e pertencimento a ser defendido, se constituindo um lugar para esse grupo social (TUAN, 2012; BUTTIMER, 1985 e MELLO, 1991, 2000). “Nas altas regiões em que se espairose a majestosa Águia”, neste arcabouço, o desdém com a “tristeza” é algo quase que imperativo e intrínseco à festa em tela.

No âmbito dessas circunstâncias, os estilhaços de explosão da centralidade (MELLO, 1995) do Clube dos Democráticos foram sentidos para além da Área Central do Rio de Janeiro do início do século XX. A imponência de seus desfiles culminou em ensejar à sua sede e foro significância focal de rotas realizadas por transeuntes da época, como pode-se observar no anúncio pinçado na edição de um renomado matutino carioca: “Casa do Garcia Barateiro, Rua dos Andradas, n 35 C. Por baixo do Club dos Democráticos. Enxovaes para noivas” (Correio da Manhã de 05/06/1902, p. 6).

Neste sentido, a “Casa do Garcia Barateiro” se utilizou de premissas mercadológicas capitalistas de *marketing* (HARVEY, 1998) com vistas à apropriação do prestígio e da importância simbólica-cultural da entidade para simplificar, em termos didáticos, os caminhos de potenciais consumidoras, providas de outras localidades, dos “enxovaes de noivas”.

A Decadência do Clube dos Democráticos

Essa situação, todavia, começou a se modificar com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1930. O famoso estadista gaúcho e seus aliados, ao romperem com a lógica de revezamento político, denominado de “Política do Café com Leite” pautado na parceria cafeeira entre as unidades federativas São Paulo e Minas Gerais, transformaram sensivelmente o ideal sócio-político brasileiro, destacando a importância do sentimento nacionalista para a manutenção e consolidação de sua governança (ANDRADA, 1995). Nesta senda, as mais diversas esferas sociais sofreram profundas transformações de ordens econômica, política e cultural, no qual o país encontrava-se imerso nas premissas de um regime centralizador e nacionalista (ANDRADA, 1995 e AGUIAR, 2012). A concepção política desse líder se pautava em “atuar como único chefe da Nação e, em nome de um

projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como Chefe de Estado e projetou-se como líder popular, (...) e como estadista” (D’ARAUJO, 1997, p. 10).

Nessas circunstâncias, esse projeto se cristalizava na exaltação do caráter nacional cuja construção de uma identidade brasileira auxiliaria na manutenção desses princípios. “A nacionalidade, nesse contexto, foi posta como um dos valores supremos da sociedade, acima de qualquer racionalidade, privando pela integração política do Estado nacional” (CANCELI, 1993, p. 21). No bojo dessa perspectiva, a folia momesca foi profundamente reformulada e (re)significada como sendo um instrumento, passível de apropriação por todas as classes sociais, de proclamação das maravilhas do país (BEZERRA, 2012). O carnaval, nesse sentido, deveria acompanhar essa nova mentalidade imposta pelo Governo Federal e, assim, o Brasil tornou-se ponto temático central da brincadeira em tela. Nessas linhas, havia um teor explicitamente proibitivo, em relação às inspirações estrangeiras (SILVA et al, 2005).

Como se sabe, a essência do Clube dos Democráticos, assim como a de seus coirmãos, tinha como prerrogativa o luxo dos carnavais de Veneza e Paris. As medidas impostas com a perspectiva da nacionalização do Reinado de Momo (BEZERRA, 2012) pelo Getulismo e por algumas ações do também ex-presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) culminaram na perda de imponência e vigor da centralidade dos “Carapicus” (QUEIROZ, 1999). Algumas dessas medidas foram discutidas e problematizadas pelos integrantes da instituição junto à imprensa. Uma delas se delineou em uma absoluta e alarmante crise financeira, como o dirigente máximo do clube na época, Alfredo Alves da Silva, afirmou ao jornal *O Paiz* (29 de novembro de 1933):

Póde dizer pelo O PAIZ que o Club dos Democraticos não poderá fazer carnaval externo se não houver auxílio oficial. Persistem os mesmos motivos de ordem financeira. Os grandes clubs carnavalescos lutam com dificuldades assoberbados pelos seus compromissos que não são poucos. Um préstito para a terça-feira gorda fica por várias dezenas de contos de réis.

O benemérito se enveredou na necessidade substancial de “auxilio oficial” para a realização dos préstitos na imponente “terça-feira gorda” de carnaval. Durante o período, era frequente a ameaça provinda da agremia-

ção no sentido de não desfilar devido ao atraso ou à quantia insuficiente das subvenções oficiais. Sendo assim, constantemente havia o risco do Clube dos Democráticos, antes presença confirmada no Rio festeiro desse aclamado dia, não comparecer e, conseqüentemente, não propagar seus fluxos momescos (JÚNIOR *et al*, 2005).

Por seu turno, neste democrático mundo de (des)esperanças e amores desmedidos, a centralidade do clube cairia em ostracismo obscuro a partir das heranças de Getúlio Vargas (1937-1945) e (1951-1954) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) (QUEIROZ, 1999). As constituições de 1933, 1937 e a de 1946 possibilitaram uma mudança significativa nos ditames eleitorais do Brasil da época (GOMES *et al*, 1984), que tinha como consequência direta o aumento do contingente de eleitores, fundamental para a manutenção do Getulismo e da República Populista (1945-1964) (FAUSTO, 2006 e GOMES, 1984). Nessas circunstâncias, essa dinâmica auxiliou no declínio do clube pois ele não era visto como “Celeiro de Eleitores”. Essas expressão e condição foram explicadas pelo próprio Alfredo Alves da Silva, no dia de seu aniversário, em uma de suas entrevistas mais marcantes no periódico *A Noite* na edição do dia 27 de março de 1961:

mais uma vez os clubes foram embrulhados, acreditando nas promessas oficiais. Não foi a primeira, nem será a última, pois não conheço gente mais ingênua de que essa que trabalha pelo carnaval. Todo mundo fala em saudosismo. Quando a gente diz que antigamente não era assim. E não era mesmo. Antes da chamada ‘oficialização’ o carnaval era uma coisa muito séria. Sem a intromissão de estranhos os clubes venciam todas as dificuldades com espírito carnavalesco, deslumbrando as multidões que os aplaudiam, com a apresentação de préstitos que bem mereciam o título de verdadeiras obras de arte. Agora é o que se vê. Tudo bitolado, pesado e medido. Só podem sair tantos carros, com tantos metros, havendo hora certa para o desfile, além de outras exigências, cada qual mais ridícula e absurda. Como consequência de tanta ‘ordem’, a desordem impera e o desfile das Grandes Sociedades perdeu o sabor e a beleza dos velhos tempos e, o que é pior, o respeito ao povo, privado pelos desmandos oficiais, de ver e aplaudir os clubes de sua predileção. (...) Os Democráticos, por sua vontade, não saíam no carnaval, tantas e tão grandes as dificuldades a vencer, sem nenhuma recompensa. Os Estatutos e a tradição, no entanto, obrigam-no ao desfile, sem brilho e sem finalidade, pela confusão e desordem imperantes. Aludindo ao calote

em perspectiva, sabendo-se que o Turismo está querendo fugir ao compromisso assumido quanto ao pagamento dos restantes cento e setenta e cinco mil cruzeiros de subvenção (...). Em relação aos grandes clubes é um fenômeno político de fácil explicação quando se sabe não serem eles celeiros de eleitores, como as Escolas de Samba, por exemplo.

A entrevista retratou o cenário de caos vivido pelos “Carapicus” e as outras Grandes Sociedades, “que mais uma vez foram embrulhadas nas promessas oficiais”. Além dessa crise financeira que as assolava, constantemente demarcada por atrasos no repasse da cota estatal para as instituições, a conjuntura da dinâmica carnavalesca se modificara sensivelmente ao sabor de Vargas, na qual a Divisão do Turismo seria responsável pelas “Oficialização” e manejo da festa momesca (QUEIROZ, 1999). Essa reparição, nesse sentido, se constituía em unidade integrante do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), concebido em 1939, cujo objetivo principal era a de cristalizar um veículo interlocutor de massa, consolidando o governo centralizador e de exceção liderado por Getúlio Vargas (CAPELATO, 1999 e SANTOS FILHO, 2008). O “Turismo”, além de exercer tal finalidade primária proposta, ainda possuía a conjuntura de ser uma forma de fomentar a “reprodução do capital” (HARVEY, 1998, 2004a, 2004b, 2005) por vias do setor terciário da economia, bem como propagar a imagem do então presidente brasileiro para o exterior (SANTOS FILHO, 2008).

Nesse campo, tal circunscrição era responsável pelos repasses financeiros para os grupos carnavalescos, dentre eles, o Clube dos Democráticos. No entanto, o governo getulista dava indícios, no âmbito dessa festa, da metamorfose em que se encontrava o país, ao celebrar outros meios de se comemorar as aventuras e os festejos da folia momesca, como, por exemplo, as Escolas de Samba (QUEIROZ, 1999).

Como se sabe, o então Estados Unidos do Brasil, no contexto da terceira década do século XX, tardiamente se industrializava a partir do modelo de substituição de importações, promovendo o inerente processo de expansão da urbanização da sociedade brasileira (SANTOS, 2005), concentrando os fluxos (i)materiais na ex capital da República, o Rio de Janeiro e, notadamente, na cidade de São Paulo. Nesses quesitos, Vargas, almejando manter a coesão de sua governança, investiu na aproximação das camadas mais populares, promovendo políticas públicas que as beneficiassem, ficando conhecido como “Pai dos Pobres” (WOLF, s/d). Contudo, esse esforço acompanhava, em sua essência, a clara intencionalidade de manter-se no poder do país.

Nesse horizonte, a divisão de Turismo buscou ampliar e fortalecer a centralidade das Escolas de Samba, nascidas, em sua maioria, no âmago dos subúrbios cariocas, suscitando a supressão das Grandes Sociedades, um dos arcabouços geográficos das manifestações culturais da elite, recinto no qual, desde seus primórdios, os Democráticos se inseriam (QUEIROZ, 1999).

As constituições de 1933, de 1937 e de 1946, já no poderio de Eurico Gaspar Dutra, transluziram um caráter de adição das camadas mais populares no contexto eleitoral, ao conceber à mulher e aos homens letrados com mais de dezoito anos o poder de voto, bem como institucionalizar o voto secreto, inferiorizando os aspectos regionalistas–coronelistas em detrimento à máxima nacionalista (VAINER, 2010). Como proclamou o notório “Carapicu” Alfredo Alves da Silva na passagem anterior, portanto, “os clubes carnavalescos não são celeiros de eleitores”, por serem lócus das elites e, portanto, nessa situação, não se constituíam em um “fenômeno político” fundamental para o funcionamento da filosofia implementada por Vargas e consolidada por Dutra.

Nesse nicho, os dois Presidentes da República anteriormente citados se tornaram estorvos (para os desfiles das Grandes Sociedades) e colaboraram para o processo de ostracismo da centralidade do Clube dos Democráticos, ao ensejarem outras maneiras, mais populares, de se brincar o carnaval, notadamente as escolas de samba, dando-lhes cada vez mais poder no contexto dos órgãos oficiais responsáveis pela organização do período dessa manifestação cultural em voga (MORAES, 1958). As escolas de samba, nesse quadro, foram reconhecidas e amplamente ratificadas a partir do discernimento, por órgãos oficiais, de suas existências, uma vez que isso marcou um esforço, por parte do Getulismo, de satisfazer grandes parcelas da população, que eram um sustentáculo do Governo. Nesses atalhos, essa postura ficou associada à “estratégia de conquista da paz social” (OLIVEIRA, 1989 p. 39). Ademais, outros dois fatores, imbricados entre si, contribuíram para esse cenário desanimador, ou seja, no tocante às Grandes Sociedades, entoadado de forma pessimista pelo líder dos Democráticos, tais foram: a proibição dos jogos de azar no Rio de Janeiro e o “boom” do Jogo do Bicho nas zonas periféricas da cidade e, até mesmo, nos demais municípios dessa Região Metropolitana (QUEIROZ, 1999).

O primeiro deles, sob o regime de Eurico Gaspar Dutra, corroborou para aprofundar a crise financeira que assolava, em tons fúnebres, o inebriante cantar altaneiro da Águia democrata. O Clube dos Democráticos, nesses aspectos, durante sua gloriosa jornada era lócus desses Jogos de Azar,

que movimentavam expressivos capitais e alocavam os excedentes no “Castello”. A proibição desses se delineou como um árduo infortúnio para as suas atividades lucrativas, auxiliando na perda paulatina de vigor de seus poderes de atração e irradiação de fluxos na urbe carioca. Nesse bojo, tornava-se visível a consequente pobreza de seus préstitos, que foram remanejados para a segunda-feira gorda, um dos dias menos aclamados da festa momesca, bem como deixaram de desfilar nos logradouros — notadamente no centro financeiro, por excelência, a Avenida Rio Branco — cuja privilegiada posição demarca o uso do solo das atividades terciárias nobres no seio da urbe carioca e, por extensão, dessa manifestação cultural (QUEIROZ, 1999).

Apesar desse contexto inibitivo, o governo Dutra realizou ações completamente distintas em relação à parcela periférica da Sebastianópolis, ao adotar um “fechar de olhos” perante às práticas do Jogo do Bicho, isto é, o tipo mais popular de apostas das áreas menos abastadas (QUEIROZ, 1999).

Como nas palavras de Alfredo Alves da Silva, acima destacadas e proferidas em 1961, no jornal *A Noite*, as escolas de samba são “celeiros de eleitores”. Neste particular, os “Bicheiros”, como são conhecidos os comandantes do Jogo do Bicho, possuíam expressiva influência nos subúrbios cariocas ao se apossarem do vácuo realizado pelo poder público (QUEIROZ, 1999). Nesse sentido, a ligação notadamente estreita entre esses líderes dos jogos de azar suburbanos e as escolas de samba assegurou de um lado, a expansão das agremiações carnavalescas utilizando recursos financeiros dos “Bicheiros” e, por outro lado, proporcionou significativa massa eleitoral a estes, a exemplo de Natal da Portela, ex-presidente da Azul e Branco de Madureira. O poder político desse segmento era tão impactante que Natal se autointitulava um rei, por ter sido um importante agente transformador do espaço, ao proclamar: “fiz a sede da Portela, asfaltei quarenta e uma ruas de Madureira, elegi um deputado federal em vinte e quatro dias, fui um Rei!” (*apud* SIMAS, 2012). No bojo desse assunto, o citado poderio dos contraventores credenciou estes a negociarem com os políticos da época, estruturando uma imponente coesão política no âmbito da então capital da República, bem como cristalizando um comando, que viria a ser hegemônico, para as escolas de sambas, em detrimento das Grandes Sociedades e, neste âmbito, do Clube dos Democráticos (QUEIROZ, 1999).

Em meio às imposições, metamorfoses e conexões políticas, as escolas de samba, a partir do Estado Novo, já não eram vistas como “caso de polícia”, e sim “caso de política” (CHINELLI et al, 1993), enquanto que a centralidade do Clube dos Democráticos, assim como a do restante do Tríduo

Momesco, mergulhou paulatinamente e, sobretudo, a partir dos anos 1960, em sombrios destinos. No entanto, para o Clube em tela, a década de 1980 vicejou com intensidade pois sua sede passou a ser frequentada em meio à ressurreição da Lapa.

A esperança “bate” à porta: a Retomada dos Democráticos

O quadro fúnebre protagonizado pelo Clube dos Democráticos somente ganhou tons de esperanças a partir de 1979. Nesse ano, o bairro da Lapa, recebeu novos olhares do Estado, no que se diz respeito à sua utilização e à sua preservação. O logradouro foi um dos locais do centro do Rio a ser contemplado pela renovada filosofia de gestão territorial da área central, que atrelou preservação ao desenvolvimento urbano desse recorte geográfico. Sendo assim, esse binômio, aparentemente dissonante, foi equacionado a partir da cultura, que seria o elo que os ligaria (LOUREIRO DE OLIVEIRA, 2004 e IRIAS, 2007).

Nessa seara, o projeto intitulado “Corredor Cultural” se tornou o pioneiro no que tange esse pensamento territorial. Nascido em 1979, o empreendimento possuía o objetivo de reavivar localidades que reproduzia, em sua essência, a cultura, como eram os casos da casa de shows Asa Branca, da Sala Cecília Meirelles e dos próprios sede e foro do Clube dos Democráticos. Acresce a chegada do Circo Voador advindo do Arpoador e se plantando na velha Lapa do lazer. Na década subsequente, a efervescência cultural da Lapa estava associada aos jovens estudantes de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que, ao término das atividades acadêmicas, estendiam suas noites improvisando pequenos shows de gêneros musicais brasileiros. Por fim, em 2005, o então prefeito do Rio César Maia consolida o programa denominado “Pólo Novo, Rio Antigo”, cuja meta se delineava em fomentar o turismo cultural do centro da cidade e, obviamente, destacando o papel focal da Lapa nesse propósito (IRIAS, 2007).

A espontaneidade das lunares geografias desses universitários, bem como os adventos dos projetos oficiais, e das casas ou recintos ligados à cultura ou à culinária reascenderam a vida noturna desse bairro. Na ciranda de risos, brincadeiras, batuques e malandragens, o Castelo que, desde 1931, se insere na Lapa, mais precisamente na Rua Riachuelo 91/93, se beneficiou com os investimentos oficiais realizados nesse contexto geográfico, com vistas à

sua ressurgência. Tal logradouro, ao emergir da escuridão, começou a atrair pessoas de toda sorte para usufruírem de experiências das mais variadas facetas que a Lapa propagava. Sendo assim, a ala administrativa da Águia Altaneira reinventa o clube, dotando-o de atividades de lazer e entretenimento no interior dos domínios da democrática fortificação, a saber: rodas de samba, bailes de forró, saraus, exibições de filmes, domingueiras dançantes regadas a feijoada, atraindo público interno e de várias localidades do mundo. Os shows de forró, por exemplo, são conhecidos internacionalmente como sendo os melhores do Rio de Janeiro. Essa dinâmica, portanto, resultou na diversidade, bem como no fortalecimento da afluência à entidade e das relações afetivas, consolidando a instituição como um imponente nó de bem-querência no contexto urbano em tela.

Diante do exposto, o Clube dos Democráticos, nascido em 1867, se constitui em um notável testemunho histórico e geográfico das metamorfoses e imposições do Estado sob a malha urbana carioca. A centralidade exercida pelo suntuoso clube, para persistir, teve que se reinventar e se atrelar aos sabores das ideologias diversas do poder público. Nesse sentido, a instituição que em outrora era um vértice sustentador da Tríade Momesca, passou a ser uma escuridão sem dimensão, e, posteriormente, voltou a se consistir em um ponto luminoso, em imensidão, da retomada da periferia do centro do Rio de Janeiro, mantendo as características comprometidas com a cultura, que sempre acompanhou o Clube desde o âmago de seu “berço” até a contemporaneidade de suas quase bicentenárias história e geografia pautadas em ascendências, descendências, persistências e reinvenções.

Em suma, a Lapa e o Clube Democráticos viveram momentos de ascensão e declínio, mas longe da escuridão vivem, desde a virada do milênio, o apogeu e os louros dos clarões da cultura.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Mauricio de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2011.
- ANDRADA, Bonifácio de. **A revolução de 1930**, Marco Histórico. Belo Horizonte: Rona, 1995.
- BEZERRA, Danilo A. **Os Carnavais do Rio de Janeiro e os Limites da Oficialização e da Nacionalização** (1934-1945). (Dissertação de Mestrado) UNESP-PPGHistória. Assis, 2012.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora da UnB, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. "Propaganda política e controle dos meios de comunicação". In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CHAPPAZ-WIRTHNER, Suzanne. **Le turc, Le fol et Le dragon**: figures du carnaval haut-valaisan. Neuchâtel: Ed. de l'Institut d'Ethnologie; Paris/Ed. de La Maison des sciences de l'homme, 1995. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=o85jtfWC7x8C&pg=PP6&lpg=PP6&dq=CHAPPAZWIRTHNER,+Suzanne.+Le+turc,+Le+fol+et+Le+dragon:+figures+du+carnaval+hautvalaisan.+Neuch%C3%A2tel:+Ed.+de+l%E2%80%99Institut+d%E2%80%99Ethnologie;+Paris/Ed.+de+La+Maison+des+sciences+de+l%E2%80%99homme,+1995&source=bl&ots=7zmt9cRYLs&sig=TRLCu_9MjIYqHvAzecLuSY2LZxQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewi4xquQnszJAhXlf5AKHSVTAj4Q6AEIHzAA. Acesso em: 04/05/2015.
- CHINELLI, Filippina e SILVA, Luiz Antônio Machado da. "O Vazio da Ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho". In: **Revista do Rio de Janeiro**, nº 1 [5]. Rio de Janeiro: UERJ/CEP-Rio, 1993, pp. 42-52.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia** — Uma História social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.
- FERNANDES, N.N. **Escolas de Samba**: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- FERREIRA, Luiz Felipe. "Rio de Janeiro, 1850-1930: A Cidade e seu Carnaval". In: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 9/10, p. 7-33, 2000.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira". In: **XXXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Salvador, 2010.
- GOMES, Ângela Maria de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalho**. São Paulo: Ática, 1989.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998
- _____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 2004a.
- _____. **Espaços de Esperança**. São Paulo, Edições Loyola, 2004b.
- _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.
- IRIAS, Frederico Duarte. **A renovação urbana da Lapa, Rio de Janeiro**: um território de conflito? (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2007.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca da autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. "Explosões e Estilhaços de Centralidade no Rio de Janeiro". In: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro. Ano I — Out 1995.
- MÉRIAN, Jean-Yves. "A Belle Époque Francesa e Seus Reflexos no Brasil". In: Anal: Colóquio Internacional A Belle Époque Brasileira, CLEPUL, Lisboa, 2012.
- MORAES, Eneida. **História do Carnaval Carioca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- NEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**:

sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. **A política cultural e o espetáculo urbano:** uma reflexão sobre o direito à cidade. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PEREIRA, Leonardo Affonso M. **O Carnaval das letras.** Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

PEREIRA, Sonia G. **Arte Brasileira no século XIX.** Belo Horizonte: C / Arte, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Escolas de samba do Rio de Janeiro ou a domesticação da massa urbana”. In: **Carnaval brasileiro:** o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RENAN, Ernest. **La réforme intellectuelle et morale de la France** (1871). Paris: Ed. R. Laffon, 1984.

_____. **Qu’est-ce-qu’une nation?** (1882). Paris: Mille et une nuits, 1997.

SANTOS FILHO, João dos. “O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda”. In: **IX SIT — Seminário Internacional de Turismo**, 2007.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo Riso.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, B. Zilberman. “Breve Histórico das Constituições do Brasil e do Controle de Constitucionalidade Brasileiro”. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional — RBDC** n° 16, 2010.

WOLF, Joel. “‘Pai dos pobres’ ou ‘Mãe dos Ricos’? Getúlio Vargas, Industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954”. In: **Revista Brasileira de História**, v. 14, n° 27, s/d.

Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16. Acesso em: 21/03/2015.

Recebido em 30/03/2016

Aprovado em 25/05/2016